

REIS, José C. *O desafio historiográfico*.
Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 160p.
(Coleção FGV de bolso. Série História).
ISBN: 8522508275

Eduardo de Melo Salgueiro*

José Carlos Reis, autor de diversas obras sobre teoria e filosofia da história, apresenta, em *O desafio historiográfico*, uma porção de temas que vem inquietando os historiadores, sobretudo em relação às crises que a ciência da história tem enfrentado desde os meados do século XX. Neste sentido, logo na introdução, o autor lança diversas questões sobre o “fazer” a história e o “ser” historiador. Conforme ressalta, seu livro “[...] tem a pretensão de propor uma reflexão ao mesmo tempo fácil e densa, rápida e profunda [...] sobre o ‘desafio historiográfico’” (p. 7).

Qual seria esse desafio? Ou seriam desafios? No decorrer dos seis capítulos do livro (alguns inéditos, outros reorganizados a partir da sua vasta publicação), Reis tentará mostrá-lo[s]. No primeiro deles – homônimo ao título do livro –, o autor inicia a discussão evidenciando algumas das questões que mais têm importunado os historiadores ao longo das últimas décadas. Com “irônico sadismo”, Reis pretende com isso provocar, ou melhor, “irritar” os profissionais da história, expondo uma porção de críticas que a área tem sofrido, pois, na sua visão, “[...] o ganho com isso é enorme! É o fim do dogmatismo, da solene e hipócrita confiança no ‘ofício’”, uma vez que promove “o enfraquecimento dos sérios e pedantes

* Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista CAPES. E-mail: eduardomsalgueiro@gmail.com.

historiadores ‘dignos deste nome’” (p. 8). Portanto, José Carlos Reis exhibe problemas epistemológicos que desafiam o saber histórico, mostrando que não nos resta alternativa, a não ser enfrentá-los permanentemente (p. 11).

No tópico inicial do primeiro capítulo, intitulado “o pirronismo histórico”, Reis nos adverte contra todo e qualquer dogmatismo ao lançar – não sem ironia – a seguinte questão: “Alguém encontrará a fórmula do universo e da história, o segredo de Deus?” (p. 12). A resposta, claro, só pode ser negativa, pois o ato de pensar não tem como objetivo máximo responder a todas as questões, mas problematizá-las. Assim, há a necessidade da reflexão histórica, não dogmática e não totalitária, mas problematizante (p. 12). Por esta razão, faz-se necessário olharmos para o conhecimento histórico como um *problema histórico*, pois se tudo aquilo que é produzido pelos homens e mulheres é passível de análise, a própria escrita da história pode e deve também ser objeto de estudo dos historiadores.

Reis introduz uma série de argumentos céticos direcionados “contra” o saber histórico, que giram em torno da crítica ao fato de a história ser um conhecimento indireto e de o historiador sempre estar sujeito a cometer anacronismos, uma vez que olha para o passado com os olhos do presente. Nos tópicos seguintes, faz uma abordagem em relação à questão das aproximações e dos distanciamentos entre história e ficção e lança a seguinte pergunta: a história pode ser considerada uma ciência? O autor afirma que só a historiografia mesma pode responder a essa questão, pois “[...] deve aplicar-se o princípio que aplica a todos os seres e saberes: conhecer as suas mudanças no tempo, fazer uma história de si” (p. 22). Portanto, diz ele, “[...] o desafio historiográfico é infinitamente aberto, abrangente, flexível, fascinante! Tudo é história, inclusive a própria historiografia” (p. 26).

No capítulo seguinte, Reis dedica-se a abordar alguns dos aspectos do pensamento de Paul Ricoeur, sobretudo em relação às considerações feitas na obra *A memória, a história e o esquecimento*.¹ Para Ricoeur, o “lembrar-se” significa duas coisas: a) receber uma imagem do passado espontaneamente; b) procurar uma imagem do passado para fazer algo com ela. Isso significa dizer que “[...] a memória fenomenológica é ‘minha/nossa lembrança’, que pode

ser [...] um aparecimento espontâneo no espírito, ou pode ser uma conquista através da anamnese, de um trabalho sobre a memória” (p. 32). No entanto, o autor assevera que “[...] a memória é ameaçada pela imaginação, que é contígua a memória”. Como Ricoeur entende e procura resolver tal problema? Uma primeira consideração a ser feita é que, para o filósofo francês, afastá-las é impossível; entretanto, talvez seja necessário distingui-las, diferenciá-las. Levando isso em consideração, devemos uni-las em prol de um “resgate mais pleno da experiência passada” – e isto é possível –, pois se

[...] por um lado [...] a memória precisa se precaver contra a presença alucinatória do imaginário [...], por outro, ela pode se utilizar e se aliar à imaginação para pôr o passado sob os olhos, para torná-lo visível. O passado é virtual e só pode ser percebido por imagens (p. 35).

Todavia, é bom que se diga que existe a “vulnerabilidade da memória”; assim, o autor evidencia as três formas de abusos da *memória*, elencadas da seguinte maneira por Ricoeur. A primeira delas, chamada de *memória artificial*, seria aquela “memorização congelada”, isto é, que simplesmente decora “datas, personagens e eventos”, que é inútil, “[...] pois quem apenas repete [...] não passa de um ‘asno culto’” (p. 37)². O segundo abuso da memória seria a *memória impedida*, que ocorre quando ela carrega consigo uma forte carga de traumas; nesse sentido, “[...] na medida em que não há elaboração da lembrança, passa-se ao ato, repete-se”. O terceiro e último dos abusos da memória seria aquele ideologizante, que produz intencionalmente uma *memória obrigada*, ou seja, quando o poder (em suas variadas formas) manipula e faz uso dela. Para superar esses problemas, Ricoeur propõe o trabalho de luto por meio do acesso à *memória crítica*, “[...] pelo reexame da documentação e da cronologia, pela narração incessantemente retomada da experiência vivida” (p. 40).

É válido lembrar que não há memória sem esquecimento, e, no que tange ao segundo, Ricoeur estabelece três tipos: o *esquecimento por apagamento de vestígios* – no caso do historiador, a inexis-

tência de fontes; o *esquecimento de reserva*, isto é, aquele que é reversível, um tesouro profundo que pode ser recuperado; e o *esquecimento manifesto*, aquele que é conscientemente manipulado, apagando-se situações “constrangedoras” da história de um país, por exemplo.³ Como controlar tais abusos e vencer os esquecimentos? Seria a historiografia capaz de proteger a memória? Na leitura de Reis, Ricoeur acredita que sim, pois uma memória

[...] instruída, esclarecida pela historiografia, e uma historiografia capaz de reanimar a memória declinante, que a reatualiza, que reafirma o passado, podem ser úteis à vida [...] na busca do reconhecimento de si dos indivíduos em seus grupos, dos grupos em relação aos outros e da humanidade como união universal dos grupos e indivíduos (p. 45).

Ainda no segundo capítulo, o autor apresenta-nos as três fases da operação historiográfica elaboradas por Ricoeur. A *fase documentária*, momento em que o historiador procura coletar dados exteriores, a partir dos problemas e das hipóteses por ele lançados; a *fase da explicação/compreensão*, momento em que o pesquisador organiza a massa documental na tentativa de compreendê-la e interpretá-la; e a terceira fase, que é a da *representação narrativa*, isto é, o fechamento da operação historiográfica – sem nos esquecermos, claro, da recepção e apropriação dos leitores.

No fechamento do capítulo, José C. Reis afirma mais uma vez que Ricoeur procura reunir memória e historiografia, pacificar a sua “relação difícil”, demonstrando que o objetivo de ambas é o mesmo: vencer o esquecimento. O objetivo maior da memória-historiografia é a “reconciliação com a vida”, que se realiza “no perdão”, por meio de um trabalho de luto, de “psicologia coletiva” que a historiografia acaba exercendo (p. 61). Tal concepção, no entanto, pode ser criticada se levarmos em consideração os perigos que existem com a perspectiva apaziguante ricoeuriana, pois é muito mais fácil para o opressor esquecer-se das atrocidades que cometeu do que para o oprimido se esquecer das que sofreu, e temas como o Holocausto e o Golpe Militar estão aí para nos mostrar como não é fácil achar uma justa medida entre o perdão e a justiça.

No terceiro capítulo, o autor retoma algumas das discussões feitas no início do livro e se dedica a nos mostrar o debate em torno da narrativa histórica, evidenciando especialmente as críticas feitas por Hayden White, que provocaram diversas crises na historiografia. O historiador norte-americano é categórico ao sinalizar que o discurso historiográfico não seria realista, pois os historiadores fazem apenas a construção de versões por meio de um “artefato verbal em prosa”, e que a “[...] história é uma representação narrativa das representações-fontes”, não havendo oposição entre história e ficção (p. 64); “o passado como tal” é inacessível e o passado ao qual os historiadores podem ter acesso – seus traços ou restos documentais – é constituído por textos (discursos), e não por uma realidade extradiscursiva – um referente externo ao discurso (FALCON, 2011, p. 170). Em resumo: não há cientificidade na operação historiográfica.

Para fazer tal análise, Reis abordará principalmente a obra *Tempo e narrativa*⁴, de Ricoeur, que faz uma profunda discussão acerca dessas indigestas questões apontadas por White. Segundo nosso autor, Ricoeur defende o realismo histórico, pois “[...] o tempo vivido não é inenarrável”, “[...] as narrativas históricas são ‘variações interpretativas’ do passado [...] mas [são] realistas”, uma vez que “[...] as intrigas variam, mas as datas, os documentos, os personagens, os eventos, os locais, são os mesmos”. Exemplificando, Reis ressalta que existem várias configurações narrativas sobre a *Revolução Francesa* ou o *Golpe de 64*, “[...] mas elas não podem alterar [seus] dados exteriores” (p. 69-76). No decorrer do capítulo, entretanto, ele nos mostrará que, para Ricoeur, apesar de inicialmente heterogêneas e opostas, as narrativas histórica e ficcional também se entrecruzam, porém sem se confundir.

Como exemplo de tal afirmação, no último tópico do capítulo, há uma análise do debate feito por Ricoeur acerca da obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*, de Braudel, que “[...] seria um exemplo revelador do caráter produtivo do entrecruzamento entre narrativa histórica e ficcional” (p. 83) e que evidencia o fato de que não há um “retorno à narrativa” – na prática, nunca houve “nem partida nem abandono”, pois mesmo as primeiras gerações dos *Annales* nunca abandonaram a narrativa,

uma vez que “sociedades”, “classes”, “mentalidades” e inclusive o “Mediterrâneo” são “quase-personagens” de uma narrativa, já que “mesmo a mais estrutural é construída a partir das fórmulas que governam a produção das narrativas (CHARTIER, 2002, p. 86-87), o que, claro, não invalida o discurso histórico.

No quarto capítulo, o autor faz uma descrição geral das principais características dos *Annales*, mostrando aquilo que houve de inovador na sua prática historiográfica, em oposição à historiografia tradicional oitocentista. Segundo Reis, os primeiros *Annales* são partidários de uma “história-problema”, que se opunha à historiografia tradicional, acusada de ser meramente narrativa, descritiva e desproblematizada, pois pretendia apenas “[...] narrar os eventos políticos, recolhidos nos próprios documentos, em sua ordem cronológica, em sua evolução linear e irreversível, ‘tal como se passaram’”. Na “história-problema”, o historiador escolhe seus objetos no passado a partir de interrogações do presente (p. 93). Para obter tal êxito, os *Annales* inovaram de várias maneiras: a noção de “fato histórico” como construção, em oposição ao “fato dado” nos documentos (escola metódica); a ampliação e a variedade do uso das fontes históricas; e a ambição de uma história total e global. Unindo-se a tais propostas, os *annalistes* propuseram o uso da interdisciplinaridade.

Ainda que breve, tal discussão servirá como uma antessala para o debate feito no capítulo seguinte, *Annales versus marxismos: os paradigmas históricos do século XX*. Nesse capítulo, o autor faz inicialmente uma abordagem acerca das principais diferenças entre a modernidade iluminista e a pós-modernidade para poder, posteriormente, situar os *Annales* e o marxismo. No primeiro caso, o projeto moderno iluminista é eminentemente racional e constrói um sujeito singular-coletivo absoluto e consciente, e a história é um processo inteligível com um final claro, isto é, “[...] a vitória da razão, que governa o mundo” (p. 105). Para tanto, segundo Reis, a modernidade desprezava o presente e o passado, lançando seu olhar para o futuro e provocando, assim, uma “aceleração da história”. Esse é um dos pontos em que recaem as críticas a tal projeto, pois a “intervenção radical da realidade histórica” acabou por produzir um nível de agressão que não trouxe progresso e felicidade. Daí emerge uma visão anti-iluminista, que pretende pôr fim ao “projeto moderno” em favor de um “pós-moderno”.

O pós-modernismo é dividido em duas fases: a primeira delas é ligada ao estruturalismo, que criticava a noção de “sujeito-universal”, uma vez que, para os estruturalistas, “[...] o homem não é só sujeito, mas também objeto” (p. 108). Entretanto, ali ainda havia uma tentativa de “[...] produzir uma inteligibilidade ampliada da história”, “um discurso da razão” (p. 110) – não mais centrada no sujeito absoluto, pois “sua verdade é oculta” e fica além da ilusória, falsa e aparente razão. Na segunda fase, mais conhecida como pós-estruturalista, radicalizavam-se algumas posições, incluindo-se até mesmo os primeiros estruturalistas nas críticas, por ainda manterem um discurso racionalizante. Nas palavras de Reis, a

pós-modernidade *desconstrói, deslegítima, deslembra, desmemoriza* o discurso da ‘razão que governa o mundo’ [...], aborda um mundo humano parcial, limitado, descentrado, em migalhas [...], assistemático, antiestrutural, antiglobal” (p. 111), e “o conhecimento histórico é múltiplo e não definitivo: são interpretações de interpretações (p. 112).

“Onde situar os *Annales* e os marxismos?”, nos pergunta Reis. Em primeiro lugar, é difícil situá-los, pois ambos não são homogêneos e talvez isso seja até um componente positivo, conforme ressalta, talvez “[...] a heterogeneidade interna dos dois grupos permita alguma aproximação e colaboração” (p. 114). Neste sentido, o autor divide sua discussão em três leituras, enfatizando especialmente as diferenças entre o marxismo-soviético e os *Annales*: uma primeira que *valoriza* aquilo que é comum; a segunda, que nos mostra sua *oposição*; e uma terceira que os considera simplesmente *diferentes*, isto é, nem complementares nem opostos, apenas “[...] vistos como teorias, hipóteses de trabalhos que só têm valor e só podem dialogar porque são ‘diferentes’” (p. 115), e só assim é possível obter elementos para a escrita de uma história plural, e não totalitária. A respeito da sobrevivência ou não de ambas as correntes – *Annales* e marxismo –, tudo dependerá do resultado do embate entre “o projeto moderno” *versus* “pós-modernidade”, uma vez que ainda não há total abandono do iluminismo.

O último capítulo da obra pareceu um tipo de apêndice, que teve como intenção inserir a historiografia brasileira em um debate teórico até então eminentemente norte-americano-eurocêntrico. A discussão ali feita é válida e importante, mas seria mais apropriada em outra ocasião, pois é curioso que uma abordagem tão rica tenha sido feita em um capítulo tão curto. Cremos que o ideal seria dedicar uma obra de mesmo perfil (isto é, versão de bolso) somente às contribuições de Freyre, já que tal investida nos pareceu solta e sem conexão direta com os demais capítulos. De qualquer modo, é importante frisar que Reis tentou abrir uma discussão sobre “ser historiador do/no Brasil” no sexto capítulo. No entanto, como tal tarefa seria impossível de ser realizada em tão pouco espaço, o autor apresenta apenas a contribuição de Gilberto Freyre, sobretudo no que tange ao seu talento como narrador e como precursor de uma porção de temas inovadores na historiografia, uma vez que “[...] descobriu, ao mesmo tempo que os franceses dos *Annales*, a história do cotidiano [...] das mentalidades coletivas, a renovação das fontes da pesquisa histórica” (p. 144) etc. Isso significa dizer que, apesar de toda a contradição e a polêmica que cercam a obra e a figura de Gilberto Freyre, ele também foi um inovador, e não somente um reproduzidor de tendências europeias, não desconsiderando, é claro, que boa parte de sua formação acadêmica foi feita nos Estados Unidos, sob forte influência alemã.

O desafio historiográfico é uma importante contribuição, especialmente para historiadores mais jovens, pois José Carlos Reis consegue fazer um debate extremamente complexo muito didaticamente, e isto é louvável. Não podemos deixar de dizer, entretanto, que algumas questões são tão resumidas que podem dificultar a compreensão de um leitor iniciante, exigindo, de certo modo, uma leitura prévia de alguns temas ou uma busca em outra bibliografia, como o próprio autor avisa na introdução da obra.

Ademais, além de advertir contra um dos maiores males da escrita da história e de seus profissionais, isto é, a tendência “parri-cida” em relação aos nossos mestres e às correntes historiográficas anteriores a nós, o que ficou subentendido é o fato de que Reis inclina-se a aceitar a proposta ricoeuriana, isto é, a via do diálogo e da “não dogmatização” do saber histórico. O ideal, na visão do

autor, é caminharmos sempre pela via da compreensão, ainda que os embates sejam inevitáveis. Neste sentido, faz-se necessário aproveitarmos o que há de importante nas mais diversas vertentes historiográficas, sem incorreremos no erro de ficarmos cegos e perdidos em uma só visão.

Notas

¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

² Ricoeur – diz Reis – pondera, entretanto, que em algumas profissões, como o teatro, por exemplo, a “memória artificial” é uma poderosa arma contra o esquecimento (p. 37).

³ Helenice Rodrigues da Silva dá um exemplo típico em relação ao *esquecimento manifesto*. Diz ela que, nas comemorações dos “500 anos do Brasil”, foram “esquecidos” “os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências da história”, em prol dos “mitos fundadores e das utopias nacionais (o ‘paraíso tropical’ e o ‘país do futuro’)” (2002, p. 432).

⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2010.

Referências

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FALCON, Francisco J. C. *Estudos de teoria e historiografia, volume I: teoria da história*. São Paulo: Hucitec, 2011.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

Recebido em: 09/05/2012

Aprovado em: 11/04/2013

